

Resolução reforça padrões éticos para servidores da Prefeitura

"Entende-se como independência o estado no qual as obrigações e os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade". Este conceito de trabalho independente, detalhado pelo Conselho Federal de Contabilidade em norma de 2005 agora é referência oficial para todos os servidores do município do Rio de Janeiro. Com o objetivo de disseminar a Resolução do CFC nº 1.034, o controlador geral Lino Martins da Silva resolveu publicá-la integralmente no Diário Oficial do Município em janeiro de 2008.



De acordo com a Resolução CGM nº 801, os padrões de integridade, ética, independência e conduta de que trata a norma do Conselho devem ser seguidos nas relações profissionais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da Prefeitura do Rio. O texto também determina que os servidores da Controladoria Geral alertem os administradores municipais nas situações em que possa haver conflitos de interesse reais ou potenciais em relação a cargos ou funções.

Para Alexandre Mendes Martins, auditor geral do município, a resolução reforça para todos os integrantes da administração pública conceitos que fazem parte da rotina da Controladoria: "Os servidores da CGM trazem em suas ações, até por serem 'soldados' do controle interno, a responsabilidade sobre o cumprimento das regras de conduta.

A mídia e a sociedade do século XXI

Qual o papel da mídia na sociedade atual? E como a sociedade tem afetado a mídia? Estas são as principais questões propostas em *A mídia na sociedade em rede*, de Gustavo Cardoso. Em um trabalho minucioso, o autor parte de uma perspectiva europeia para analisar a comunicação atual no contexto global. O estudo tem foco nas transformações da última década, causadas sobretudo pelo crescimento acelerado do uso da internet.



EDITORIAL

Em defesa da contabilidade governamental (Parte III)

Lino Martins da Silva

Encerrado o primeiro Seminário Regional de Normas Técnicas de Contabilidade Aplicadas do Setor Público (NBCASP), realizado em Brasília nos dias 7 e 8 de abril, ficou-me a nítida idéia de que, ao final desses seminários, a contabilidade governamental terá obtido avanços significativos. Em médio e longo prazos, a atuação dos contabilistas do setor será considerada serviço relevante para a dignificação das tão citadas 'funções de Estado'. Teremos, finalmente, uma espécie de desagravo a autores renomados como Robert Anthony, que chegou a escrever um artigo lamentável intitulado "Os governantes jogam, os contadores brincam". Ali se revelava mais uma vez o desconhecimento da academia sobre as questões de Estado e, principalmente, dos ciclos econômicos de curto prazo voltados ao processo eleitoral, comparado com o vetusto princípio da entidade com duração mais permanente.

Além de Anthony, também é possível encontrar outros referenciais teóricos que massacram os contadores e auditores da área privada, caso do deplorável artigo denominado "Porque bons contadores fazem auditorias ruins?" no qual Max H. Bazerman, George Loewenstein e Don A. Moore comentam a edição da Lei Sarbanes-Oxley. (Bazerman é professor de administração de empresas da cadeira Jesse Isidor Straus da Harvard Business School e autor de Judgment in Managerial Decision Making - 2001; Loewenstein é professor de economia e sociologia na Carnegie Mellon University; e Moore é professor de teoria e conduta organizacional na Graduate School of Industrial Administration da mesma Carnegie Mellon). Portanto, para alguns acadêmicos e profissionais da área privada não é apenas a área pública que tem suas mazelas.

Sabemos que a tradição brasileira tem o orçamento como protagonista e a contabilidade como coadjuvante. Isto tem levado a um estranho conceito de contabilidade no setor público quanto à apropriação das receitas e despesas, no denominado regime misto de apropriação (art. 35 da Lei 4.320/64). Ali se revela o desconhecimento da Lei a partir do artigo 83, que trata do processo de evidenciação contábil do patrimônio, este sim o verdadeiro objeto da contabilidade desde a Renascença, com os estudos de Luca Pacciolo.

A ênfase no patrimônio como objeto de estudo da contabilidade não significará, por certo, o abandono dos princípios e das regras constitucionais e legais relativas ao orçamento, bem como os seus efeitos no processo decisório de curto prazo, no qual os governos devem colocar o cidadão em primeiro lugar e demonstrar a cada ano que fizeram o melhor de seus esforços. Assim poderão, no final do terceiro ano de mandato, pleitearem novo período - desvendando a característica política da peça orçamentária. Enquanto o orçamento trata de assuntos de curto prazo, a contabilidade deve tratar do patrimônio público sob o princípio da entidade, de modo a permitir o acompanhamento das mutações do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.

Lembrando o poeta poder-se-ia dizer que o orçamento é nuvem passageira, enquanto a contabilidade tem como foco evidenciar a movimentação patrimonial que decorre do próprio orçamento e de muitos outros fatores - como depreciações, exaustão e amortização. Também inclui o reconhecimento de ativos de uso comum ou, ainda, a perda de valor (impairment) ou reavaliação, para não falar do custo de manutenção diferido, de forma que o equipamento público permaneça ao longo do tempo com capacidade plena de prestação de serviços, na forma dos artigos 16 e 17 da LRF, ou, ainda, do resultado econômico e do custo de oportunidade, ou seja: o menor preço de mercado à vista atribuído no serviço prestado ao cidadão, com qualidade e oportunidade similares daquele desprezado pelo cidadão ao utilizar o serviço público.

Para que tudo isso efetivamente ocorra, porém, é preciso que as pessoas - além dos contabilistas - rompam com suas suscetibilidades às conseqüências imediatas da execução orçamentária e olhem para as entidades considerando o foco da sua existência ao longo de vários exercícios.

Convênio entre Controladoria e Uerj investe no aprimoramento de servidores

Com a proposta de instituir o exercício da pesquisa como uma das práticas na administração pública municipal, a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro apóia desde 2004 dois cursos de pós-graduação para os técnicos do quadro permanente. Convênio assinado com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) oferece aos servidores a possibilidade de cursar mestrado em Ciências Contábeis ou especialização em Controladoria, nos módulos controladoria pública ou societária. Na especialização são oferecidas 40 vagas a cada ano e para o mestrado em Ciências Contábeis têm direito a duas vagas os servidores com melhor desempenho no processo seletivo. A parceria entre a Controladoria e a universidade havia selecionado, até abril de 2008, mais de 110 técnicos da administração municipal.

No mesmo período de quatro anos, dois alunos da primeira turma concluíram a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado): Paulo Sergio Siqueira Bastos (com a dissertação *A auditoria em fraudes na gestão pública: um estudo para a auditoria no combate às fraudes e à corrupção*) e Roberto Miguel Pereira (com a dissertação *Parceria Público-Privada - da experiência das privatizações ao grau de aplicabilidade da lei de PPP nos municípios brasileiros*), ambas defendidas em fevereiro de 2007. Na primeira turma de especialização 38 servidores se inscreveram. Desses, nove concluíram o curso com a entrega de monografia e dois estão pendentes. Da segunda turma participaram 39 técnicos.



O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis tem como finalidade implementar a linha de pesquisa em contabilidade, auditoria e finanças de entidades públicas. Está direcionado para estudos sobre gestão pública com ênfase na área municipal, especialmente aqueles que tratem de aspectos econômicos, financeiros e orçamentários. A idéia é criar no âmbito universitário a massa crítica que permita o desenvolvimento de metodologias e recursos teóricos que resultem no aperfeiçoamento da gestão pública.

Mestres

Para Paulo Sergio Siqueira Bastos, primeiro mestre formado pelo convênio, essa parceria pode unir a área de gestão e controle à de pesquisa: "É essencial essa aproximação, caso contrário somos 'atropelados' pelas rotinas diárias sem que façamos uma análise crítica das situações-problema e das implementações de ações que possam contribuir para melhorias no futuro. Com o convênio temos sempre alguém da Controladoria dedicando-se à área de pesquisa". Concluído o mestrado, Paulo Sérgio assumiu a função de gerente de planejamento da Auditoria Geral. "As demandas de auditoria são muitas e os recursos limitados. Temos que buscar uma otimização desses recursos voltada para uma ação de controle mais eficiente e efetiva. E não me afastei da área acadêmica: continuo na pesquisa e no ensino", diz.

Ele acredita também que a contribuição da sua dissertação foi abrir horizontes para as pesquisas da área pública, especialmente nos campos de controle interno e de auditoria.

Convênio entre Controladoria e Uerj investe no aprimoramento de servidores

Na pesquisa que realizou para a dissertação identificou técnicas de auditoria que possam ser mais eficazes na prevenção e detecção de fraudes. Depois da defesa do trabalho dedicou-se a conhecer um software utilizado pela Auditoria Geral, o Audit Command Language (ACL), para realizar análises de dados essenciais na prevenção e detecção de erros ou fraudes. Paulo Sérgio pretende utilizar essa ferramenta para outros estudos - agora voltados para aspectos comportamentais, técnicas de entrevistas e aplicação de questionários.



Já Roberto Miguel Pereira acredita que o convênio entre a Controladoria e a Uerj "propicia aos servidores da administração pública a possibilidade de capacitação profissional diferenciada e necessária neste momento em que normas de contabilidade para o setor precisam estar adaptadas ao maior controle da sociedade sobre gastos públicos, o que requer dos administradores públicos maior responsabilidade na gestão fiscal". Pereira, atualmente diretor de administração setorial na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, afirma que o mestrado deu-lhe a possibilidade de olhar a gestão pública sob pontos de referências distintos, ampliando o entendimento dos processos de controle interno. Agreguei conhecimentos

necessários ao gerenciamento de atividades sob minha responsabilidade, consolidando a idéia de que o gerente é além de tudo um educador, pela necessidade de multiplicar e compartilhar conhecimentos com seus pares e colaboradores e influenciá-los, de forma interativa, em etapas de melhora contínua dos processos", acrescenta.

Ele acha que a sua dissertação pode ajudar a compreender melhor a necessidade de parcerias entre os setores público e privado, ao confirmar que algumas atividades podem ser terceirizadas sem comprometer a eficiência da ação governamental. Ele cita como exemplos o Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), arrendado pelo clube Botafogo, e a contratação de serviços na área de saúde para quantificar a ineficiência no atendimento a pacientes do município do Rio, resultado do acolhimento de moradores de municípios vizinhos que sobrecarrega a capital. O seu trabalho de conclusão do mestrado mostrou que em outros países já existem experiências bem sucedidas na cobrança de sistemas de seguros de pacientes que usam serviços públicos de saúde nas emergências, mas que são clientes de seguradoras. Alguém que sofre um acidente de automóvel pode e deve ser atendido na emergência de um hospital público, mas a administração poderia cobrar esse atendimento do seguro obrigatório, que todo proprietário de automóvel paga anualmente. Assim haveria o ressarcimento de gastos e a possibilidade de investimento em outros setores da saúde. Pereira também pensa que o mesmo deveria valer para os casos de clientes de planos de saúde, com a ressalva de que uma mudança de regras precisa antes de identificação de viabilidade por meio de dados levantados pela identificação dos usuários em uma central de registros. Esta central poderia ser do SUS, que cruzaria o CPF dos usuários com os dados cadastrais de condutores ou proprietários de veículos, bem como de segurados de planos de saúde.

Especialistas

Autora da monografia de especialização O crescimento da dívida ativa municipal: estudo da conta do balanço da Prefeitura do Rio de Janeiro, defendida em maio de 2007, Silvânia Conceição de Frias identifica a parceria com a Uerj como elemento importante para atualização e formação de profissionais do setor de controle interno público municipal. "A área deve ter profissionais cada vez mais qualificados para entender, acompanhar e avaliar a gestão dos recursos públicos, contribuindo para o devido retorno em serviços aos cidadãos", diz. Ela afirma também que o curso reforçou a importância da profissão para a área pública, sedimentou conhecimentos e ampliou horizontes com as novas informações. Silvânia, que integra a equipe da Auditoria Geral, explica que, no seu trabalho, observa a importância do estudo voltado para a dívida ativa, mais especificamente da receita, "já que a discussão mais freqüente gira em torno de processos/procedimentos relativos às despesas".

Enes Fernandes Tunala é outro servidor que concluiu o curso de especialização em Controladoria. Sua monografia, defendida em novembro de 2007, intitulou-se A ouvidoria na administração pública municipal:

o caso da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Enes integra a equipe responsável pelo Sistema de Legislação da Controladoria (Sislegis). Para ele, o convênio desperta nos técnicos interesse maior pelo controle, o que confirma a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a efetividade dos serviços públicos para a população. "A especialização abriu para mim perspectivas de estudos em controle e administração pública". Em seu trabalho de conclusão, ele descreve o papel das ouvidorias em organizações públicas e privadas: "o ouvidor pode ser definido como um representante do cidadão/cliente e a ouvidoria como uma ferramenta de consolidação da democracia. O ouvidor entende o olhar de quem busca o serviço, que por sua vez vê a organização de outra perspectiva".

Em abril de 2008 estavam em andamento duas dissertações de mestrado e outro servidor da Controladoria havia sido aprovado para cursar o mestrado. A terceira turma de especialização em Controladoria reunia 30 alunos no mesmo período.

ENTREVISTA

Carla Marchese - Professora de finanças públicas da Universidade de Piemonte Oriental (Itália)



Graduada em Direito pela Universidade de Torino, na Itália, Carla Marchese é professora de finanças públicas da Universidade de Piemonte Oriental, em Alexandria e integra o conselho do Instituto Internacional de Finanças Públicas, ambos na Itália. É autora de diversos artigos sobre evasão fiscal, anistia fiscal, equilíbrio fiscal, direito e economia. A professora de finanças acredita que medidas como auditagens, sanções, subsídios e a criação de um imposto sobre o consumo não são totalmente eficazes no combate à sonegação. Nesta entrevista exclusiva ao Pre\$tando Conta\$ Carla Marchese aborda as conseqüências da evasão tributária para a área pública, dá exemplos de combate à evasão fiscal, trata do aumento desse problema em países desenvolvidos e fala da experiência chinesa de associar a nota fiscal a uma loteria.

Pre\$tando Conta\$ - Quais são os maiores prejuízos da evasão tributária para cidadãos e governos?

Carla Marquese - A evasão fiscal é mais freqüente quanto menores forem as empresas e as compras envolvidas no mercado. A ampla dimensão implica por si só em uma motivação mais forte para manter contas detalhadas, o que tende a prover a base para uma taxaço regular. Isto não quer dizer que as grandes organizações, correntes comerciais, nunca escapem disso, mas torna-se mais fácil manter o controle da evasão tributária. Como bem sabemos, a luta contra a evasão tributária é ponto de partida importante para dar suporte à taxaço de renda proveniente de negócios.

Pre\$tando Conta\$ - De que forma é possível combater e evitar a evasão tributária?

Carla Marquese - O tratamento padrão é baseado em sanções e controles. Recentemente foi introduzida na Itália uma nova lei que determina que se os auditores constatarem por três vezes que uma loja não fornece recibos oficiais, o estabelecimento é fechado temporariamente - por um período que varia de três a seis meses. A arrecadação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA ou Value Added Tax - VAT na sigla em inglês) aumentou significativa-mente depois desta e de outras medidas semelhantes. Há, no entanto, um problema de consenso político. O governo que introduziu essa lei renunciou pouco tempo depois e o próximo governo talvez mude a medida.

Pre\$tando Conta\$ - Quais são os países que, na sua opinião, lutam de forma eficaz contra a evasão fiscal?

Carla Marquese - Talvez os casos mais interessantes de serem estudados sejam os países ex-comunistas da Europa Oriental, que tiveram de construir um novo sistema tributário e enfrentaram sérios problemas de evasão fiscal. Eles alcançaram pelo menos um êxito parcial assegurando renda básica para o setor público e recorrendo a índice muito simples e invariável de imposto de renda: ao IVA com índices relativamente altos e ao imposto sobre mercadoria (para Rússia e exportadores de petróleo). Há um crescente interesse no mundo inteiro com relação a qualquer percentual de evasão fiscal e isso está crescendo em países

desenvolvidos que tinham bons padrões no passado.

Pre\$tando Conta\$ - No Brasil, na maioria das vezes o consumidor só recebe a nota fiscal se a pedir, o que é pouco freqüente, porque as pessoas não têm esse hábito. Como encorajar os consumidores a exigirem a nota fiscal como prova de pagamento nos setores de serviço e varejo?

Carla Marquese - Recente-mente estudei uma experiência adotada na China, na qual uma loteria foi vinculada a cada comprovante de pagamento. O recibo funciona ao mesmo tempo como uma "raspadinha" e como bilhete para um prêmio maior, divulgado amplamente por meios de comunicação, programas de TV etc. Parece-me que eles alcançaram bons resultados. Acho essa experiência muito interessante porque estimula a população a obedecer às leis tributárias, um problema que não pode ser resolvido por sanções. Por outro lado, sanções e controles ainda são necessários para dar suporte ao cumprimento da lei.

Pre\$tando Conta\$ - A sra. acredita que iniciativas como essa, da loteria chinesa, poderiam dar certo em outros países?

Carla Marquese - Penso que a loteria deva ser usada como um ingrediente em campanhas que visem ao combate da evasão tributária, incluindo também o fortalecimento de sanções e auditorias, a fim de criar um clima positivo para o pagamento de impostos. Os países que já têm índices altos de respeito ao pagamento de impostos, porém, correriam algum risco se recorressem a loterias, já que no caso deles o cumprimento do pagamento de tributos tem como base o imperativo moral, que poderá ser desrespeitado caso o pagamento seja condicionado a um prêmio.

ENTREVISTA

Carla Marchese - Professora de finanças públicas da Universidade de Piemonte Oriental (Itália)

Pre\$tando Conta\$ - Ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos o consumidor sabe quanto está pagando de imposto ao realizar uma compra. A sra. acredita que isso influencia a evasão tributária?

Carla Marquese - Se tomarmos como referência a abordagem da Teoria da Perspectiva (criada pelo ganhador do Prêmio Nobel de Economia Daniel Kahneman e por Amos Tversky), verificamos que as pessoas são avessas ao risco quando consideram uma melhora com relação ao seu ponto de referência, enquanto amantes do risco consideram uma perda. Se os clientes focam no preço, e o imposto é adicionado depois, é possível que este seja percebido como uma perda. Com isso, os clientes podem ser encorajados a correr o risco aceitando que o imposto resulta em evasão. O desempenho do imposto sobre vendas nos Estados Unidos não é particularmente bom na realidade.

Pre\$tando Conta\$ - O setor financeiro foi responsável pelo maior volume de evasão tributária no Brasil em 2007. Como este quadro pode ser alterado?

Carla Marquese - Em geral os problemas no setor financeiro tornam-se graves quando há grande regulação e fortes elos entre política e economia. Aumentar a competição no setor financeiro adotando padrões internacionais e aderir a acordos internacionais em relação à regulação, particularmente nos campos de suborno e de lavagem de dinheiro, seriam passos na direção correta para evitar a evasão tributária no setor.

Pre\$tando Conta\$ - E qual é o setor que geralmente apresenta o maior índice de evasão tributária? Esse índice varia de acordo com a situação do país - desenvolvido ou subdesenvolvido, por exemplo?

Carla Marquese - Há uma ampla correlação negativa entre PIB per capita e evasão fiscal (quanto maior o PIB per capita, menor é a taxa de evasão), mas há muitos fatores externos, ou seja, países que não obedecem a essa lei. A Itália é um deles: sua taxa de evasão fiscal é muito maior que a prevista pela sua arrecadação. A motivação para pagar impostos e a cultura de cada país são fatores bastante importantes. Imigrantes, por exemplo, tendem a manter as mesmas atitudes do seu país de origem no que se refere ao pagamento voluntário de tributos, mesmo depois de decorridos muitos anos.

Prestando Conta\$ - A sra. afirmou em artigo recente que "o pagamento de subsídios, que freqüentemente podem ser deduzidos no imposto de renda, envolve custos administrativos altos. Novas formas de fraudes podem aparecer". O que a leva a essas afirmações? Acredita que os subsídios podem ajudar na redução da taxa de evasão tributária?

Carla Marquese - Há um tipo de subsídio aplicado quando algumas despesas estão dedutíveis - desde que o imposto a ser pago seja menor e, portanto, a rede de renda de imposto seja maior. Fraudes podem ocorrer desde que pessoas legalmente não autorizadas a receber a dedução a façam, recorrendo por exemplo a recibos adulterados, subornos e assim por diante. Esses tipos de subsídios podem ser úteis se encorajam os consumidores a procurar documentos que provem seus gastos: as empresas são, então, obrigadas a emitir comprovantes e a pagar os impostos corretamente. O problema é que se uma pessoa utiliza esse sistema para todos os tipos de gastos, isso gera milhões de transações e recibos, o que torna dispendioso verificá-los de maneira adequada. No sistema de loterias somente os bilhetes premiados devem ser checados a fim de evitar falsificação e tornar os custos administrativos s bem menores.

Resolução reforça padrões éticos para servidores da Prefeitura

Mas estas regras também devem ser observadas cotidianamente pelos demais servidores. Todos deverão estar atentos para isso e sempre que ocorrer algum fato que interfira nesse processo, o gestor do órgão deverá ser alertado de imediato", afirma.

O auditor geral lembra que, em janeiro de 2001, o prefeito Cesar Maia publicou o Decreto nº 19.381, que já estabelecia diversos parâmetros relacionados à ética no Executivo, voltados principalmente para ocupantes de cargos em comissão ou cargos em confiança. Segundo ele, com o passar do tempo, a Controladoria Geral entendeu que deveria tratar do assunto de maneira mais direcionada aos aspectos relacionados ao controle interno.

"Era preciso ratificar alguns conceitos, como o de impedimento. Não se pode, por exemplo, emitir pareceres ou despachos, ou mesmo participar de trabalho de auditoria, quando o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, for dirigente do órgão ou entidade auditada, ou fizer parte de alguma maneira do processo administrativo-operacional que está sendo analisado", explica Alexandre Martins.



O vice-presidente técnico do Conselho Federal de Contabilidade, Nelson Mitimasa, acredita que o trabalho de auditoria, em particular, é bastante beneficiado pela divulgação da Resolução 1.034. "Se as condições e os procedimentos estabelecidos na norma forem observados, haverá a plena segurança de que a ação da auditoria na Prefeitura do Rio estará sendo executada com total independência em relação aos gestores".

Além do impedimento relativo aos relacionamentos familiares e pessoais entre membros da auditoria e da entidade auditada, a resolução também explicita que pode ocorrer perda de independência se houver relacionamentos comerciais entre os integrantes de ambas. Isso pode acontecer ainda se o diretor ou administrador atual da área ou setor auditado tiver ocupado cargo na equipe de auditoria.

O texto enumera as diversas condutas que podem interferir na independência profissional. São problemas geralmente causados por interesse próprio, auto-revisão, defesa de interesses da entidade auditada, familiaridade e intimidação.

A norma detalha que a ameaça de interesse próprio acontece se um membro da equipe de auditoria, por exemplo, tem possibilidade de auferir benefícios, especialmente financeiros, na entidade auditada. A necessidade de auto-revisão ocorre quando um trabalho anterior precisa ser analisado novamente, especialmente se for observado que o integrante da auditoria foi, anteriormente, funcionário influente na parte auditada. A defesa de interesses se manifesta quando integrante da auditoria defende ou parece defender a posição ou a opinião do auditado, a ponto de comprometer a objetividade da análise. A familiaridade se dá quando parte da auditoria, em virtude de relacionamento estreito, passa a se identificar

demasiadamente com os interesses da área auditada. Por fim, a intimidação é verificada quando a auditoria encontra obstáculos para agir devido a ameaças reais ou percebidas por parte de administradores, diretores ou funcionários.

O auditor geral do município destaca que o mais importante é tomar medidas para que tais conflitos nem cheguem a acontecer. "Essa foi a razão principal da publicação da Resolução. Toda a Prefeitura do Rio deve tomar conhecimento das regras e segui-las à risca. No entanto, se for detectado algum conflito de interesse, alertamos o dirigente do setor, para que o problema seja prontamente sanado e, em seguida, avaliamos se a situação gerou algum tipo de prejuízo para a Prefeitura", diz Alexandre Martins.

ESTANTE

As influências mútuas entre mídia e sociedade



A Mídia na Sociedade em Rede

Gustavo Cardoso

1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

528 p.

"A internet foi desde o primeiro momento ferramenta de trabalho, organização e ação, mas também objeto de reflexão quanto ao que poderia trazer de mudança social pela sua apropriação por um número cada vez maior de pessoas". Foi a partir do contato inicial com a web, em 1996, que o pesquisador português Gustavo Cardoso começou a desenvolver um estudo completo sobre os impactos que as novas tecnologias teriam sobre a mídia e a sociedade. O resultado pode ser conferido no livro *A mídia na sociedade em rede*, lançado pela Editora FGV.

Na obra, Cardoso mostra o papel da mídia na evolução social e, ao mesmo tempo, analisa a forma como a sociedade afeta a mídia. O texto é sustentado em estudos empíricos qualificados, incluindo o primeiro questionário estatisticamente aplicado à população portuguesa, diretamente orientado para os usos sociais da internet. Nas palavras do autor, sua análise, "partindo de uma perspectiva europeia, procura olhar a mídia num contexto global". Para basear esse método comparativo, Cardoso também buscou diversas fontes de informação na Europa, na América e na Ásia.

O argumento central defendido ao longo dos capítulos é o de que vivemos numa sociedade fundamentalmente diferente (em alguns casos em transição para essa diferença) da que conhecemos até o início dos anos 70. Como explica o autor, essa sociedade é designada pelo teórico Manuel Castells como "sociedade em rede" e se caracteriza por sua peculiar forma de organização social, possibilitada pelo surgimento das tecnologias de informação ao mesmo tempo em que começaram a se processar significativas mudanças econômicas (globalização das trocas e movimentos financeiros) e sociais (procura de afirmação das liberdades e valores de escolha individual).

O conceito de sociedade em rede de Castells, com quem Cardoso desenvolveu projetos de pesquisa comuns, permeia a maior parte do livro e é constantemente relacionado com o novo sistema de mídia que vem se desenhando. O autor questiona até que ponto esta é uma sociedade em que a internet coloca em xeque o poder da mídia tradicional ou se, em alternativa, as forças de ação são mais sutis, fazendo com que rádio, televisão e jornais se articulem com a internet, assumindo cada um especificidades próprias.

Cardoso conclui que, na sociedade em rede, a integração entre diferentes mídias - e não a convergência tecnológica (isto é, o somatório de várias mídias em uma só interface tecnológica) - é o cenário do futuro, porque é o modelo que vai ao encontro das práticas culturais e dos novos modelos de percepção do público. Segundo ele, o paradigma dominante é o de uma autonomia de interfaces que se relacionam entre si numa lógica de rede. "O denominador comum é a conectividade em rede e não a digitalização" - afirma.

Gustavo Cardoso é pesquisador associado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Cies / ISCTE), em Lisboa, e professor de tecnologia e sociedade na mesma instituição. Também colabora com o Departamento de Comunicação da Universidade Milão e com a Universidade Católica Portuguesa.

Devido a seu ambiente acadêmico, o autor escolheu analisar as práticas de utilização combinada da internet e outras mídias a partir do contexto de Portugal. Ele caracteriza o país como uma "sociedade em transição", ou seja, uma nação que atravessa a passagem de uma população com menores níveis de educação para outra onde as gerações mais novas já atingiram competências educacionais superiores. Ou ainda: uma nação que, embora tenha realizado esforços na área do conhecimento, procura ainda se afirmar nas dimensões de infra-estrutura e produção tecnológica.

Mas, tendo em vista que a emergência do novo sistema de mídia apresenta diferentes manifestações entre os vários contextos culturais, Cardoso faz um trabalho minucioso para compreender esse processo de transformação não só nas especificidades locais, como também nos aspectos comuns globais. Para Manuel Castells, é esta abrangência que torna a pesquisa significativa.

O teórico, que também assina o prefácio de *A Mídia na Sociedade em Rede*, dá endosso total à obra: "Este livro será muito utilizado e lido nas universidades e nas organizações profissionais de mídia em todo o mundo, porque é um dos poucos e melhores exemplos da compreensão da relação entre a mídia e a internet no contexto mais vasto da nossa transição para a sociedade em rede. Expõe a lógica que está formando a estrutura comunicativa das nossas vidas".

Prefeitura do Rio melhora índice segundo agências de ratings

A agência de classificação de risco Moddy's elevou o rating de emissor na escala global e nacional da Prefeitura do Rio de Janeiro. O município foi elevado na escala global de Ba3 para Ba2 e na escala nacional de A2.br para Aa3.br. São classificados como Aa.br (a escala decresce de 3 a 1, sendo 1 o grau mais alto) os emitentes com capacidade de crédito muito forte e baixa possibilidade de perda de crédito em relação a outros emitentes locais. Já a classificação Ba representa qualidade moderada e risco mediano.

O rating é a forma de apreciação das agências classificadoras de risco da capacidade de uma instituição (pública ou privada) saldar seus compromissos financeiros. A avaliação é feita por meio de notas, expressas por letras e sinais aritméticos (dependendo da agência), que indicam maior ou menor risco de ocorrência de um default (suspensão ou atraso de pagamentos). Esta análise, realizada a pedido do cliente, é geralmente anual. Um órgão público pode, por exemplo, ter acesso ao mercado financeiro por meio de uma dívida, com a emissão de um título. Para analisar a capacidade de pagamento da dívida por aquele setor, a empresa de rating avalia o histórico da instituição nos últimos anos e faz uma simulação futura. Com base nessa análise, a empresa emite uma nota oficial.

Existem dois tipos de classificação: notas em escala especulativa e de investimento. "A Prefeitura do Rio está em uma escala especulativa, assim como o governo federal - a União está atualmente na escala Ba1, ainda especulativa. Pode ser que o município do Rio tenha condições melhores de pagamento que o governo federal, mas como estados e municípios estão em esferas inferiores, ficam limitados ao rating da União", explica Francisco Pereira Alves, superintendente do Tesouro da Prefeitura do Rio.

A Moody's iniciou a avaliação da Prefeitura do Rio em 1996, quando atribuiu escala B1 (grau especulativo). Em 1998 a cidade caiu para B2; em 2000 voltou a B1; em 2002 retornou a B2; em 2004 passou a B1 novamente; em 2005 foi elevada para Ba3 na escala global e A2.br na escala nacional. Finalmente em fevereiro de 2008 foi elevada a Ba2 na escala global e Aa3.br na escala nacional. Alves esclarece que essas

quedas podem acontecer devido a crises cambiais, caso o real esteja muito desvalorizado frente à moeda em que a dívida deve ser paga. "Temos chances de no final de 2008 obtermos um upgrade e chegarmos ao Ba1", calcula o superintendente. Na escala nacional, não há influência do fator cambial, pois todas as instituições estão submetidas à mesma moeda, o que permite comparações entre organizações públicas e empresas privadas que atuam no Brasil.

"É importante frisarmos que a avaliação da Prefeitura teve início em 1996: nesse período lançou um bônus, emitiu a sua dívida no exterior. Havia uma dívida no mercado interno, mas decidiu-se fazer um endividamento no exterior. Sendo assim, foi preciso contratar uma empresa para fazer a avaliação e nos dar uma nota, até porque o investidor estrangeiro, principalmente, necessita de análise de avaliador externo. Geralmente eles vêem se a instituição é julgada por empresa de rating e se possui auditoria. Na época fomos auditados por duas empresas e tivemos avaliação de rating de três instituições", diz Alves. A Moody's foi a única a avaliar a Prefeitura ao longo desses anos. A Prefeitura do Rio, exceto a União, é um dos poucos órgãos públicos que mantêm avaliação por um período prolongado por uma única empresa, o que representa para o investidor que aquela instituição está sendo monitorada permanentemente, permitindo acompanhar o seu desenvolvimento.

Se uma instituição emite um título com validade de cinco anos, por exemplo, a empresa de rating irá avaliar o emissor a cada ano. "Cada título possui uma característica: pode pagar ao investidor em termos de juros semestrais ou anuais ou com amortização em dois anos e meio. No caso da Prefeitura, trocamos um endividamento local por um externo porque as taxas estrangeiras estavam melhores, mas mesmo assim havia o risco da variação cambial. No final deu tudo certo porque foi um título de dois anos resgatado com sucesso", esclarece o superintendente do Tesouro da Prefeitura do Rio.

Investidores

Geralmente os investidores usam os ratings para auxiliar a medição do risco de crédito em títulos de renda fixa que possam comprar ou vender. Muitos também usam ratings como limites em seus parâmetros de investimento e também como forma de expandirem seus horizontes em mercados ou tipos de títulos que não cobrem com as suas próprias análises. Entre os títulos classificados pela Moody's estão os títulos de dívida, debêntures, títulos lastreados por ativos ou hipotecas, títulos de dívida conversíveis, medium-term notes (para emissão de títulos no exterior), títulos derivativos etc.

Segundo Luiz Tess, diretor da Moody's em São Paulo, no Brasil não há um setor que regule as atividades das agências de ratings, ao contrário de outros países: "nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas devem ser registradas na Securities and Exchange Commission - SEC (que corresponde à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil). A Moody's está presente em 23 países e em cada um deles há um sistema regulatório diferente".

Superávit

Para Debra Roane, analista da Moody's responsável pelo rating da cidade do Rio de Janeiro, quando o rating melhora há impacto sobre várias transações financeiras: "entre os fatores que permitiram a elevação do rating da Prefeitura do Rio consideramos: o desempenho financeiro estável nos últimos seis anos, superávit, carga da dívida moderada em comparação a grandes municípios e estados e baixa inflação, já que a maior parte da dívida é indexada à inflação".

Um fator que surpreendeu a analista diz respeito aos investimentos para os Jogos Pan-americanos no Rio em 2007: "A Prefeitura apresentou superávit, apesar dos custos gerados pelas obras do Pan. Já tivemos experiência com outros Jogos e houve impacto negativo, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro. Esse foi o fator fundamental para a elevação do rating", destaca. Para Debra Roane, a Prefeitura pode elevar ainda mais o seu rating, desde que mantenha superávit nas despesas e na receita e continue diminuindo o nível da dívida.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Janaina Soares e Flavia Astorga

Versão Digital: Eduardo Derbli

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes